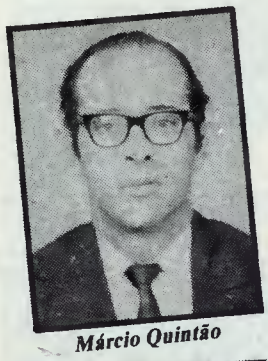
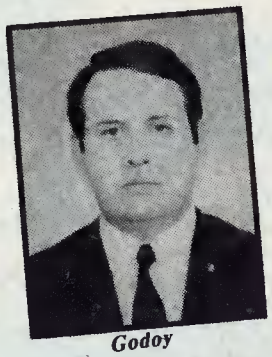
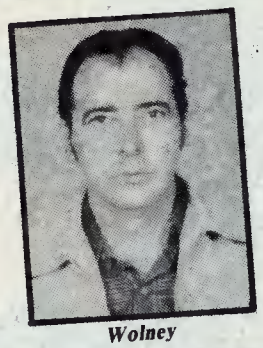
DOC. 8

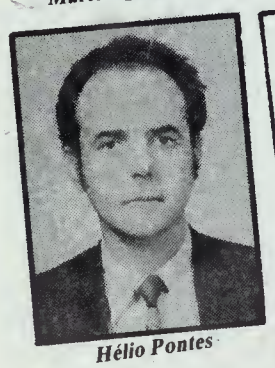
alternativa

Um jornal para a comunidade universitária

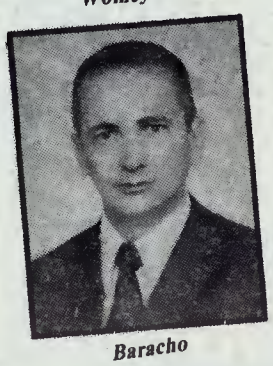

Márcio Quintão


Godoy


Wolney


Hélio Pontes

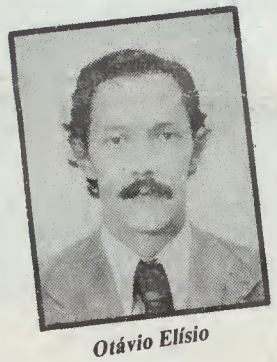
Reitor

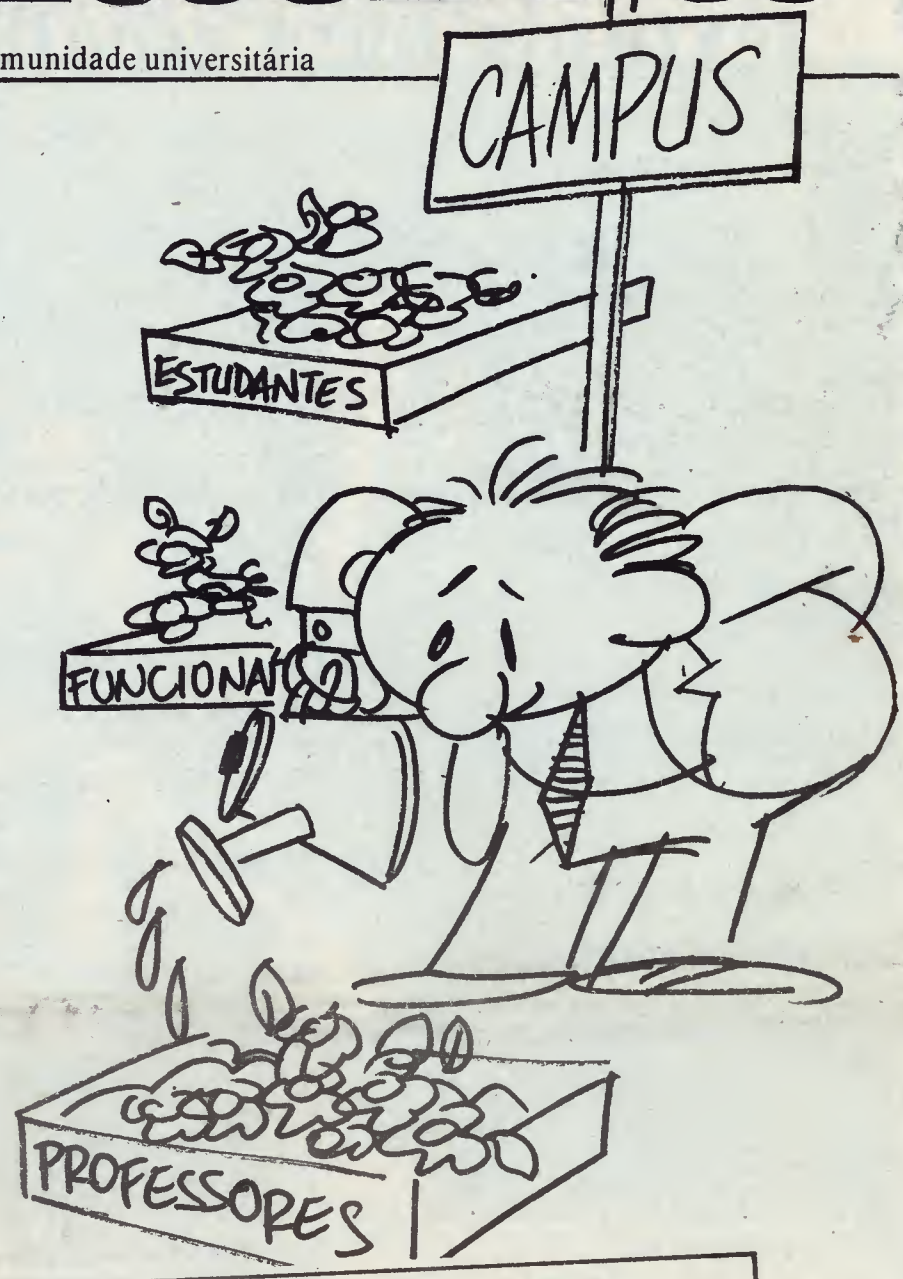

Baracho

PROCURA-SE


Délcio


Peret


Otávio Elísio



Reitor: Líder da Universidade ou Gerente do MEC?

A UFMG pode se considerar afortunada. Ela recebeu, sem dúvida, o seu quinhão de violência, de interferência, de cassações brandas e cruentas, mas, no final das contas, atravessou os anos mais negros da ditadura com cicatrizes menores que a maioria das universidades brasileiras.

A comunidade soube se organizar e resistir. Mas, para isso, foi crucial o fato de ter tido dirigentes dignos, de vocação democrática, que conseguiram neutralizar as piores investidas do regime e evitar que, como ocorreu em tantos lugares, a repressão e o obscurantismo se instalassem dentro dos nossos muros.

Temos tido sorte com os nossos dirigentes, mas a sorte não mais pode nos bastar. É preciso criar mecanismos que garantam a democracia interna e, em especial, um processo democrático de escolha dos dirigentes.

A comunidade universitária exige participação plena em todas as decisões. Professores, estudantes e funcionários rejeitam a minoridade a que foram condenados e querem ser ouvidos nessa decisão fundamental que é a indicação do reitor.

Uma solução definitiva para a questão demandará, é certo, uma profunda reforma nos ordenamentos básicos, o que, por seu turno, exige tempo e trabalho. Mas não podemos esperar por isso. É preciso fazer algo agora. O próximo reitor terá um peso grande demais para que possamos correr o risco de uma escolha equivocada. A instituição se encontra sob fogo cerrado: O General Ministro e seu exército de tecnocratas estão cheios de idéias como "reforma gerencial", "racionalização" e outras que, sob qualquer roupagem, nada mais são que a privatização progressiva do ensino superior, o esmagamento da autonomia universitária e seu atrelamento a padrões empresariais de administração.

Basta lhes dar uma chance e teremos um "staff" de gerentes em todos os cargos de direção da universidade.

É, portanto, mais vital do que nunca que o novo reitor seja um líder da comunidade universitária, identificado com ela, por ela respeitado e afinado com seus valores básicos inegociáveis.

Só existe um meio seguro de identificar e legitimar esse líder: a lista sêxtupla deve nascer de uma ampla consulta à comunidade universitária, de uma eleição na qual se expressem os sentimentos de todos os seus segmentos.

Essa eleição deve ser precedida de um franco debate onde os postulantes se apresentem abertamente, digam claramente a quem vêm e se posicionem sem ambigüidades com relação a uma pauta de princípios e um programa de ação emanados do próprio corpo universitário.

Para garantir esse processo não é preciso mudar ordenamentos nem leis, e muito menos enveredar por confrontos que só interessam aos nossos inimigos. Basta que o atual colégio eleitoral seja sensível à gravidade do momento e aos anseios da comunidade. E que, assumindo a proposta da consulta direta, dê um passo decisivo na direção da democracia.

Roberto Martins
Presidente da APUBH

Aqui: o Colégio Eleitoral da UFMG. Os responsáveis pela eleição da lista sêxtupla para escolha do nosso reitor

ONSELHO UNIVERSITÁRIO DA U.F.M.G.

MEMBROS

TORIA
SO DE VASCONCELLOS PINHEIRO (Reitor)
É HENRIQUE SANTOS (Vice-Reitor)

ESCOLA DE ARQUITETURA
SUZY PIMENTA DE MELO (Diretora)
MARTIM FRANCISCO COELHO DE ANDRADA (representante)
JOANY MACHADO (suplente)

ESCOLA DE BELAS-ARTES
ÁLVARO BRANDÃO APOCALYPSE (Diretor)
EDUARDO VIANNA DE PAULA FILHO (representante)
MARIZA TRANCOSO DE ALMEIDA (suplente)

ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA
MARIA LUÍZA ALPHONSUS DE GUIMARAENS FERREIRA (Vice-Diretora)
PAULO DA TERRA CALDEIRA (representante)
RUTH VERSIANI TAVARES (suplente)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CARLO AMÉRICO FATTINI (Diretor)
TEÓFILO ANDRÉ DA COSTA CRUZ (Vice-Diretor)
MARCELLO DE VASCONCELLOS COELHO (representante)
ROBERTO JUNQUEIRA DE ALVARENGA (suplente)

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MITIKO OKAZAKI KEHDY (Vice-Diretora)
JOÃO BAPTISTA VIEIRA PÉRET (representante)
NERY PAULINELI DA FONSECA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS
MANOEL LOPES DE SIQUEIRA (Diretor)
LUIZ GONZAGA FONSECA E SILVA (Vice-Diretor)
RAMAYANA GAZZINELLI (representante)
EUCLER BENTO PANIAGO (suplente)

FACULDADE DE DIREITO
JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO (Diretor)
SIDNEY FRANCISCO SAFE DA SILVEIRA (Vice-Diretor)
OSIRIS ROCHA (representante)
ALBERTO DEODATO MAIA BARRETO FILHO (suplente)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LÍLIA MARIA GARDENAL DA SILVA PEREIRA (Diretora)
MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO BREGUNCI (representante)
HELIANE GRAMISCELLI FERREIRA DE MELLO (suplente)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
JOSÉ PEREIRA DA SILVA (Diretor)
ÉLCIO GUIMARÃES PAULINELLI (Vice-Diretor)
PAULO PINTO COELHO DE VASCONCELLOS (representante)
EMÍLIO CARAN JÚNIOR (suplente)

ESCOLA DE ENFERMAGEM
IZALTINA GOULART DE AZEVEDO (Decano do Conselho Departamental)
MARÍLIA SIQUEIRA MENDES PIRES AMARAL (representante)
ILZA DOMINGUES E SILVA (suplente)

ESCOLA DE ENGENHARIA
JOSÉ MARTINS DE GODOY (Diretor)
ERNEST PAULINI (Vice-Diretor)
HUGO LUIZ SEPÚLVEDA (representante)
ALCEBÍADES VASCONCELLOS FILHO (suplente)

FACULDADE DE FARMÁCIA
POGIRÁ PEIXOTO PENNA (Diretor)
PEDRO ALVES DOS SANTOS (Vice-Diretor)
JOSÉ FERREIRA VAZ DE MELO (representante)
NEWTON MARCOS GAZZINELLI (suplente)

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DÉLCIO VIEIRA SALOMON (Diretor)
MARIA EFIGÊNIA LAGE DE. RESENDE (Vice-Diretora)
FÁBIO WANDERLEY REIS (representante)
LUIZ DE CARVALHO BICALHO (suplente)

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
WOLNEY LOBATO (Diretor)
JOSÉ SÍLVIO FONSECA (Vice-Diretor)
GUIOMAR GOULART DE AZEVEDO (representante)
OSWALDO BUENO AMORIM FILHO (suplente)

FACULDADE DE LETRAS
EUNICE DUTRA GALÉRY (Diretora)
CLEONICE PAES BARRETO MOURÃO (Vice-Diretora)
CARLOS MACIEL DA CUNHA (representante)
ROSA MARIA NEVES DA SILVA (suplente)

FACULDADE DE MEDICINA
CID VELOSO (Diretor)
JOAQUIM ROMEU CANÇADO (representante)
WASHINGTON LUIZ TAFURI (suplente)

ESCOLA DE MÚSICA
JOSÉ FELIPPE DE CARVALHO TÔRRES (Diretor)
NEY DE ASSUMPÇÃO PARRELA (representante)
CARMEN SYLVIA VIEIRA DE VASCONCELLOS (suplente)

FACULDADE DE ODONTOLOGIA
RUBENS GUZELLA (Diretor)
WOLNEY DE ANDRADE LIMA (representante)
LÍCIO ASSAD (suplente)

ESCOLA DE VETERINÁRIA
JOSÉ OSWALDO COSTA (Diretor)
JOAQUIM MARTINS FERREIRA NETO (Vice-Diretor)
ÉLVIO CARLOS MOREIRA (representante)
ROBERTO DE SOUZA (suplente)

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES TITULARES
CARLOS RIBEIRO DINIZ (representante) — I.C.B.
EDSON DURÃO JUDICE (suplente) — ICEx

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ADJUNTOS
ÊNIO MEDEIROS CUNHA (representante) — Escola de Engenharia
VANI RODRIGUES DE MORAES (suplente) — Faculdade de Odontologia

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ASSISTENTES
ILTON JOSÉ LIMA PEREIRA (representante) — ICEx
CARLOS ALBERTO PEREIRA TAVARES (suplente) — I.C.B.

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE
ÁREA PROFISSIONAL
Dr. HUGO EIRAS FURQUIM WERNECK (representante)
Dr. LUIZ DE OLIVEIRA CASTRO (suplente)
ÁREA CULTURAL
Profa. SARA ÁVILA DE OLIVEIRA (representante)
MÁRCIO JOSÉ VELOSO (suplente)
ÁREA EMPRESARIAL
Dr. ELÓI HERALDO LIMA (representante)
Dr. RAYMUNDO SILVA DE ASSIS (suplente)

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS
Pe. GERALDO DIRCEU ANTUNES TOLENTINO (representante)
LEUSA MARIA BITENCOURT DE SOUZA (suplente) — Medicina
JOÃO BOSCO ALVES QUEIROZ (representante) — REITORIA/DP/DSA
DÊNIA DINIZ DE FREITAS (suplente) — ICEx

	NOME	UNIDADE
01	Celso de Vasconcellos Pinheiro	Reitoria
02	José Henrique Santos	Reitoria
03	Antônio Cândido de Melo Carvalho	Med.
	Osmar Brina Corrêa Lima	Direito
	Sandra Loureiro de Freitas Reis	Música
04	José Tavares de Barros	B. Artes
	João Carlos de Melo Mota	Letras
05	Maria Elasir Seabra Gomes	ICEX
	Robson de Barros Rossoni	ICB
06	Oto Guimarães Mourão	Med.
	Pedro Mendes	Icex
07	Pompéa Peret Brito da Rocha	EBA
08	Heinz Charles Kohler	IGC
	Tasso Moraes e Santos	ICB
09	Tarcísio Campos Ribeiro	Farm.
	Arthur Alexandre Mafra	Direito
10	Evandro José Lemos da Cunha	EBA
	José Sílvio Fonseca	IGC
11	Milton Mirahy Maciel	ICB
12	Elizabeth Costa Dias Lauar	Med.
	José Eduardo da Fonseca	FALE
13	Ivan Moura Campos	ICEX
	Marina Ewelin Wasner Machado	Arquit.
14	Eustáquio Galvão da Silva	ICEX
15	Vicente de Paula Costa Val	ICB
16	Décio Mauro Lima	B. Artes
	Sebastião Trogo	Filos.
17	Getúlio Vargas Barbosa	IGC
	Antônio Eduardo Clark Peres	Eng.
18	José Divino Lima	Veter.
19	Svend Erik Kierulff	B. Artes
20	Marília Júnia de A. Gardini	Bibl.
21	Márcio Quintão Moreno	ICEX
22	Vanessa Guimarães Marri	FAE

	REPRESENTANTES DISCENTES	CURSO
01	Cassius Catão Gomes Jardim	Med. Veter.
02	Rachel Paule Mayer	Med.
03	Elizabeth Kallas	Direito

ALTERNATIVA

Orientador de estágio:
Itamar José de Oliveira
Revisão:
Renato de Pinho
Diagramação:
Paulo Rios Silveira
Ilustração:
Edson Ricardo e Rúbia Roberta
Reportagens e entrevistas:
Gustavo Tostes Gazzinelli, Taísa Ferreira, Sulamita Barbosa, Geraldo Cordeio, Maria Dolores Penna
Diretoria da APUBH
Presidente:
Roberto Martins
1º Vice-Presidente:
Carlos Dalton Machado
2º Vice-Presidente:
Neidson Rodrigues
1º Secretário:
Maria Auxiliadora Christófaro
2º Secretário:
Cláudio Scliar
1º Tesoureiro:
Arthur Quintão Gomes
2º Tesoureiro:
Iolanda Murta
Suplentes:
Cleusa Graça da Fonseca
João Carlos Nascimento Pádua
Número zero impresso no "Diário do Comércio"
Endereço da APUBH
Avenida Álvares Cabral, 211 — sala 1502
Faculdade de Direito da UFMG
30.000 — Belo Horizonte

"Quando a noite foi mais tenebrosa a Universidade enfrentou a barra. Não vai ser agora que a UFMG vai entregar os pontos e se encolher"



Quando o professor Celso Vasconcelos Pinheiro, na reunião conjunta da CEP e do Conselho Universitário, anunciou a abertura do processo sucessório na UFMG, as conversas de bastidores, as sondagens discretas e os papos de pé de ouvido não foram descartados. Todas as formas de aliciamento, instrumentos de pressão, atividades que visam à persuasão, ao convencimento, ao envolvimento e à participação fazem parte de um jogo político que agora ganhou novos contornos: estudantes, professores e funcionários estão dispostos a entrar de corpo e alma num assunto que consideram vital.

Para os professores, sobretudo depois da discussão do projeto da carreira do magistério e da greve nacional, a escolha dos dirigentes universitários tornou-se uma questão extremamente importante. Principalmente na Universidade Federal de Minas Gerais. Pela primeira vez, depois de muitos acontecimentos importantes na vida da Universidade e na história recente do País, a escolha de um novo Reitor assume um caráter de grande alcance pedagógico.

FALA O SENHOR REITOR

O Reitor da UFMG, professor Celso Vasconcelos Pinheiro, afirmou estar muito tranqüilo com a questão sucessória. Para justificar seu otimismo acentua que mesmo nos tempos mais difíceis da vida universitária, no período mais tenebroso da história recente do País, a UFMG conseguiu preservar seus ideais libertários e soube lutar com valentia pela própria autonomia. No momento em que a sociedade civil caminha em busca de participação e democracia só posso imaginar que a nossa Universidade terá condições de oferecer respostas aos desafios, sabendo fazer uso de doses mais fortes de responsabilidade social e de autonomia. A UFMG não vai escolher mais um Reitor. Temos consciência de que a comunidade universitária participará da escolha de um Reitor que precisará do respaldo de toda essa comunidade.

PERFIL DO FUTURO REITOR

A principal característica do futuro Reitor, na minha opinião, afirma o professor Celso Vasconcelos Pinheiro, é o seu compromisso com a Universidade. Deverá ser um universitário cuja vida seja dedicada à Universidade. Deverá também ter uma percepção da Universidade como um conjunto que possui características próprias. Algumas delas antagônicas. É imprescindível que o próximo Reitor seja alguém em condições de coordenar as divergências, admitir os antagonismos, garantindo a oxigenação de todos os espaços conquistados pela Universidade.

A independência interna, decorrente da identificação com a vida universitária, deverá ser equilibrada com a independência externa. Tal independência se configura pela não identificação com outros interesses como, por exemplo, os interesses político-partidários.

Acredito, continua o professor Celso Vasconcelos Pinheiro, que o futuro Reitor será um político que jamais colocará a Universidade a serviço de quaisquer outros interesses. Mas será um político a serviço dos interesses da UFMG. Só assim ele merecerá a confiança dos estudantes, professores e funcionários e terá o respeito da comunidade.

O próximo Reitor, acentua o professor Celso Vasconcelos Pinheiro, deve ser uma pessoa conhecida por seu trabalho, confiável por seus ideais e respeitado pela sua coerência de vida. Se possível deverá contar com alguma experiência e vivência administrativa. Para facilitar seu trabalho e a convivência com uma realidade onde o contato com as siglas fazem parte do cotidiano. Mas é uma questão secundária.

VAIDADE

Estou muito tranquilo, finaliza o Reitor. Não tenho a menor preocupação em "fazer" o meu sucessor. Mas depois das conquistas conseguidas em mandatos sucessivos dos ex-reitores Aloísio Pimenta, Gerson Brito de Melo Boson, Marcelo Vasconcelos Coelho, Eduardo Osório Cisalpino, não podemos pensar em entregar a Reitoria para "qualquer aventureiro". Exatamente porque vivemos novos tempos, estou certo de que a ousadia e a coragem continuarão animando a caminhada da Universidade. O próximo Reitor vai precisar de apoio da comunidade universitária. E a comunidade universitária, tenho certeza, terá condições de apoiar seus candidatos e fazer valer suas preferências. A Universidade, não tenho a menor dúvida, sairá fortalecida e apta para novas caminhadas.

Recado

A APUBH está lançando oficialmente o seu jornal. O nome "Alternativa" foi **emprestado** e temporariamente **tomado** ao jornal laboratório do Curso de Comunicação Social. O jornal foi feito às pressas. Com a participação dos estudantes que estão cursando a disciplina "Estágio Supervisionado em Jornalismo". É um trabalho feito com todas as limitações de uma experiência pedagógica.

E trabalho que a APUBH pretende continuar. Faz parte do programa de sua atual diretoria, que pretende estabelecer e fortalecer novos canais de comunicação entre os professores da UFMG.

Para permitir maior participação e envolvimento dos professores nas atividades da APUBH, o jornal está totalmente aberto às críticas e sugestões de professores e dos demais integrantes da comundade universitária. O próprio nome do jornal, sua linha editorial, sua forma gráfica e seu conteúdo não estão definidos. O jornal da APUBH está nas ruas. A APUBH espera que ele se torne um veículo de comunicação dos professores. Aberto e comprometido com a comunidade universitária.

Educação: uma experiência que merece ser refletida

Em abril de 79, a Faculdade de Educação viveu um processo inédito na UFMG: a lista sêxtupla para escolha da vice-diretoria foi discutida e votada em assembléias abertas de professores e alunos — voto secreto, livre, direto e universal. Os funcionários, após várias reuniões, preferiram não participar da votação. A Congregação, oficialmente responsável pela elaboração da lista, restringiu-se a referendar os nomes votados em assembléia. Os canais formais, no entanto, foram mantidos: Congregação-Reitoria + MEC.

Mas o processo parou nas eleições, não rendeu maiores frutos. Para Lílian Maria Gardenal S. Pereira, atual diretora pro-tempore e indicada na época para vice-diretora, a explicação é a seguinte: "eleições diretas são importantes, mas isoladas não representam democracia, mas democratismo. Precisam vir acompanhadas de mudanças estruturais, e que garantam a participação da comunidade universitária no dia-a-dia da instituição".

SL120PROCESSO ELEITORAL

Lílian Gardenal conta que havia uma ânsia generalizada na FAE pela maior participação da comunidade escolar na política da Universidade e escolha de seus dirigentes. Com a aposentadoria de Alaíde Lisboa de Oliveira, vice-diretora da FAE até 79, surgiu uma boa ocasião para pôr em prática essa participação. A escolha seria importante porque o mandato da então diretora, Magda Soares, terminaria em agosto de 81, quando a vice-diretora escolhida assumiria o cargo como diretora pro-tempore até julho de 82, podendo ser eleita.

A decisão, tomada pelos chefes de departamento das categorias discente e docente (os funcionários só tiveram representação no órgão dois meses depois), da elaboração da lista sêxtupla por eleições diretas partiu da Congregação. Este órgão assumiu o compromisso público de respeitar a votação da assembléia. A opinião geral é de que as eleições foram uma experiência muito rica, envolvendo a maior parte dos professores, grande parte de alúnos e, a princípio, funcionários, não apenas na indicação e votação de nomes mas em discussões sobre a filosofia de trabalho de cada candidato apresentado, problemas gerais da escola e proporcionalidade de votos das três categorias. Foram duas semanas de assembléias quase diárias. Os professores foram os primeiros a se mobilizarem. A estudante Maria Aparecida L. A. Silva, vice-presidente do Diretório Acadêmico e representante da Congregação, que participou ativamente do processo eleitoral, conta que os estudantes não entraram logo na discussão, já iniciada pelos professores, porque seu representante na Congregação era contra as eleições diretas e não levou o problema ao restante dos alunos. Uma vez participando, Aparecida diz que a palavra de ordem entre os estudantes era: só vote em quem você conhecer o trabalho.

Segundo Nélio Antônio de Assis, secretário do Colegiado, os funcionários não votaram por "medo das conseqüências, caso fosse eleito alguém que não tivesse contado com seu apoio". Outro motivo, explica, foi o pouco tempo para a discussão e a falta de integração da categoria, que só passou a ter representantes na congregação em junho de 79. Já Célio Diniz de Andrade, chefe de secretaria da FAE, explica o afastamento dos funcionários pelo "constrangimento de participarem das discussões junto com professores".

Nélio acredita que nas próximas eleições os funcionários vão participar, argumentando que a categoria já está mais organizada e consciente, mas prefere afimar que "a maioria dos funcionários não gosta destas coisas".

A proporcionalidade de voto foi um dos pontos principais de discussão.

Aparecida Silva justifica a defesa do voto universal pela maioria dos estudantes: "se a pessoa participou das discussões desde o início, dando a sua colaboração, seria antidemocrático impedir sua participação na hora de votar". Dois professores, no entanto, um dos quais a própria Lílian Gardenal, retiraram suas indicações por não reconhecerem a validade do voto universal, pela possibilidade dos alunos decidirem sozinhos a votação, "o que não seria justo se analisarmos que é uma categoria flutuante que predominaria sobre uma categoria estável". Mas Lílian explica que acabaram concordando com o voto universal porque o grupo estava constante e o grau de envolvimento das pessoas já era grande, mas ficou decidido que nas próximas eleições a proporcionalidade seria definida.

Os nomes votados em assembléia foram mantidos pela Congregação, mas em ordem diversa, o que gerou críticas sobretudo por parte dos estudantes. Lílian Gardenal argumenta que isso não tem muita importância, já que o Ministro da Educação — na ocasião, Eduardo Portella —, a quem cabe a decisão final, nem sempre leva esta ordem em consideração.

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

Quem esperava que as eleições diretas dessem início a uma prática de participação efetiva de toda a comunidade escolar nos problemas da FAE frustrou-se. O processo de discussões limitou-se ao período de eleições. Houve propostas de assembléias periódicas na Faculdade, que não foram adiante. Maria das Graças Bregunci, um dos nomes da lista sêxtupla e atual membro do Conselho Universitário, observa que eleições são o melhor tema para estimular debates e movimentar assembléias. Lílian Gardenal, por sua vez, acrescenta que "debates de assuntos técnicos ou de problemas cuja resolução vem a mais longo prazo, como são impossíveis de se fazer em assembléias, exigem grupos de discussão menores".

Aparecida Silva lamenta o esvaziamento da movimentação na escola e diz que há turmas novas que não sabem como foi eleita a atual diretora. Aponta falhas na diretoria e nos estudantes: "A Lílian fica muito distante das salas de aula, mas o erro também é nosso — do DA e dos estudantes, em geral — que não estamos cumprindo o dever/direito de cobrar nossa participação". E conclui: "tanto faz ser eleito direta ou indiretamente se a direção depois é autoritária, sem a participação da comunidade".

Ficou, no entanto, saldo positivo. Lílian Gardenal diz que, diante de problemas internos, tanto alunos quanto professores procuram chegar a um consenso — ainda que por discussões informais. Segundo Aparecida Silva o processo eleitoral dinamizou a organização estudantil na escola. Dele surgiu um grupo que venceria as eleições no DA no segundo semestre de 79 (do qual Aparecida era a presidente). De uma forma geral, todos acreditam que em 82 as eleições terão mais resultado, pois a preparação será feita com mais calma e a comunidade estará mais madura para as discussões.

ELEIÇÕES DIRETAS E MUDANÇA ESTRUTURAL

Para Lílian as eleições diretas são fundamentais, mas precisam vir acompanhadas de mudança nos mecanismos formais de tomadas de decisões da Universidade, para não se perderem em democratismo. "Contam-se os votos de quatro em quatro anos e só. E os outros mecanismos de democracia? O mais importante é garantir a influência de toda a comunidade universitária no dia-a-dia da instituição".

Afirma a necessidade de um compromisso efetivo entre dirigentes e eleitores. E, como Aparecida, diz que estes (os eleitores) devem exercer seu direito/dever de cobrar o programa apresentado pelo dirigente, senão a direção continuará a ser autoritária, com ou sem eleições diretas.

Mas muita coisa poderia ser diferente mesmo com a estrutura atual de poder da Universidade, garante Lílian. "É necessário que ocupemos os espaços já conquistados, em vez de ficarmos gritando por mais. É necessário que, numa Congregação, num órgão colegiado, se faça uso da representação para atuação política, ou seja, que o representante defenda posições previamente discutidas com a categoria pela qual fala. É a partir do domínio desse espaço que teremos condições de mudar a rígida estrutura de poder da Universidade".

A opinião da estudante Aparecida é um pouco diferente. Ela acha que, embora o ideal seja a mudança estrutural, é preciso "aproveitar as brechas possíveis, enquanto não se conseguir tal mudança". Concorda com Lílian Gardenal quanto à necessidade de se ocupar os espaços já existentes. Admite que a participação de estudantes nos órgãos colegiados tem sido mínima, e que é muito raro os assuntos serem discutidos, antes das reuniões, pelo conjunto de estudantes. "Falha nossa (dos representantes), que não levamos discussões aos demais estudantes, e deles que não nos cobram nada".

Maria das Graças Bregunci diz que "é preciso que os representantes (e quem os elege) entendam que sua função é a de simples porta-voz de uma categoria. Muitos acham que ser eleito é receber aval para falar qualquer coisa em nome de quem depositou **confiança** nele". Ela acha que, mesmo sem a quebra dos canais formais, a eleição direta é um grande avanço na democratização da Universidade. O perigo, observa, é que não há como garantir que o mecanismo formal (neste caso da FAE, a Congregação) vá respeitar a votação da assembléia. Mas aponta um caminho: a comunidade deve procurar conhecer cada membro do órgão oficialmente responsável pela elaboração da lista de indicação para garantir dele um compromisso público de manutenção das decisões da assembléia.

Estão abertas as inscrições no Conselho Universitário: no terceiro andar da Reitoria

Quem será o nosso próximo reitor? Será que os estudantes, funcionários e professores da UFMG estão preocupados com a questão sucessória em nossa Universidade? Existem condições de mobilizar a comunidade universitária para se envolver com os problemas de indicação e escolha do nosso futuro reitor? Qual deve ser o perfil do nosso dirigente máximo? Quais são os maiores desafios que o próximo reitor e a comunidade universitária enfrentarão nos próximos anos? Como deve ser dirigida a UFMG? Como deve ser debatida e praticada a democracia na Universidade?

São muitas questões que estão na ordem do dia. Alguns debates já foram realizados em departamentos, escolas e no âmbito das associações representativas dos estudantes, funcionários e professores da UFMG. Como aconteceu a semana passada, no ICB, quando o núcleo da APUBH promoveu uma discussão animada pelos ex-reitores Eduardo Osório Cisalpino e Marcelo Vasconcelos Coelho.

O professor Eduardo Cisalpino afirmou que tem muitas dúvidas a respeito da possibilidade de se influir nas decisões do colégio eleitoral. Argumentou que o processo de escolha já está muito acelerado. Considerou inoportuna a eleição direta, mas defendeu a ampliação do colégio eleitoral com a participação dos chefes de departamento, por considerá-los muito ligados à base.

O ex-reitor Marcelo Vasconcelos Coelho questionou a legitimidade das atuais autoridades no Poder e denunciou a falta de representatividade do Governo. Disse que o reitor não representa apenas a comunidade universitária. Fez questão de acentuar que a universidade deve assumir seus compromissos para com a comunidade e seja capaz de lutar pela modificação do sistema vigente no País. O professor Marcelo Vasconcelos admite que "ainda não estamos maduros para a eleição direta. E que a votação direta não é significativo de democracia".

As posições assumidas pelos ex-reitores e por outras figuras importantes da administração, da APUBH, do DCE, da ASSUFEMG começam a provocar uma importante discussão na Universidade. Existem muitas idéias e muitos ideais. Começou o vestibular para escolha do Reitor.

"Reitoráveis" falam de seus projetos para a Universidade hoje

Peret: "O sucessor do Celso deverá dar atenção a duas questões básicas: a qualidade e a liberdade de ensino"

"A candidatura não é um fim; é um meio". Foi o que disse o professor e superintendente de projetos junto à Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, João Batista Vieira Peret, a propósito da questão sucessória na UFMG.

Para ele, os cargos de direção na Universidade são prerrogativa dos professores. Por isso, o próximo reitor "deve ser capaz não só de exercer o magistério mas também de organizá-lo". Deve ainda ser acessível a toda a comunidade universitária, ter capacidade de administração e uma percepção global dos problemas educacionais.

Segundo João Batista Peret, o sucessor de Celso de Vasconcelos Pinheiro terá que dar atenção especial a duas questões prioritárias: a qualidade e a liberdade de ensino. Daí, a necessidade de uma "postura crítica, mas responsável" em relação ao atual quadro da educação no Brasil.

ESCOLHA DO REITOR

Nas autarquias federais, o processo de sucessão compreende duas etapas. Inicialmente, o Colégio Eleitoral, formado pelos representantes do Conselho de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário, indica uma lista sêxtupla; desta lista, sai o nome do reitor, escolhido pelo Presidente da República. No caso das fundações, não há seleção prèvia de candidatos e a liberdade de escolha por parte do Presidente é irrestrita.

Portanto, na opinião de João Batista Peret, o sistema de eleição dos dirigentes de autarquias, comparado ao das fundações, tem a vantagem de limitar o poder de decisão presidencial. Mas, a seu ver, o ideal seria que a própria comunidade universitária escolhesse o reitor. Com a efetivação de algumas medidas, como a mudança dos ordenamentos jurídicos da Universidade, "haveria estrutura para isso", acredita ele.

SUCESSÃO: ONTEM E HOJE

De acordo com Peret, "a importância da figura do reitor variou no tempo". Ele explica que, em Minas Gerais, as escolas superiores foram surgindo aos poucos, isoladamente, o que dificultou sua integração. Nessa época, "o processo de escolha do reitor era menos transparente e a influência da comunidade no processo era menor", ao passo que o peso das escolas mais antigas nas decisões de caráter geral era grande.

A partir da década de 60, o panorama começou a mudar, beneficiado pela construção do campus e o conseqüente contato entre as diversas faculdades. Hoje, segundo Peret, existe maior interesse e participação do meio universitário na indicação dos dirigentes — tendência que acaba por se refletir no Colégio Eleitoral.

PROJETO DE CARREIRA

Para Peret, o projeto de reestruturação da carreira do magistério trouxe benefícios para a classe, com algumas ressalvas. Em sua opinião, o tempo de serviço não é necessariamente o critério mais adequado à avaliação do desempenho do professor. Ele do questiona também a validade do regime de 20 horas/aula semanais, achando que a carga mínima deveria ser de 40 horas. Assim, os professores poderiam se dedicar mais à Universidade.

"O que impede isso — lembra Peret — é a distorção salarial". A baixa remuneração obriga os docentes a procurar outros empregos e torna difícil a dedicação exclusiva. Contudo, "o projeto de carreira já constitui um avanço para a categoria".

AUTONOMIA

"A UFMG não tem que deixar de ser autarquia para resolver seus problemas", afirma Peret. De acordo com ele, a dificuldade não está na forma jurídica, mas no perfil estrutural da Universidade. Um exemplo disso seriam as autarquias especiais — caso do Banco Central —, que sobrevivem bem graças à sua capacidade orçamentária e ao domínio da política de pessoal.

A seu ver, o governo deveria desenvolver um programa racional de alocação de recursos, desatiando projetos menos importantes e incrementando outros em áreas prioritárias, como a Educação e a Saúde. Não se trata, portanto, de mudar o regime de administração da UFMG e sim de reivindicar autonomia para a Universidade, conclui ele.

ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

João Batista Peret acredita que a UNE (entidade não reconhecida pelo governo) poderá, no futuro, reconquistar a posição de interlocutora oficial dos estudantes, inclusive junto à reitoria da UFMG. Ele acha que o próximo reitor deve manter um diálogo franco e aberto com os alunos. E arremata: "Se eu atribuisse aos estudantes qualquer traço de marginalidade, eu não seria um professor".

Já os funcionários, diz, "deveriam ter maior participação nos processos decisórios, pois deles depende todo o subsistema acadêmico-administrativo". Além disso, seria conveniente criar na Universidade um plano de habilitação para o funcionalismo, mas fora do controle do DASP.

Márcio Quintão: "Uma universidade onde não exista pesquisa não merece esse nome"

Ao se iniciar o segundo semestre de 1981, coloca-se para a UFMG o problema extremamente relevante da indicação e nomeação de seu novo reitor.

O processo institucional se realiza em duas etapas: no plano interno, com a indicação de uma lista de seis nomes por um colégio eleitoral constituído pelos membros dos dois colegiados superiores da Universidade — o Conselho Universitário e a Coordenação de Ensino e Pesquisa; no nível externo, com a nomeação de um dos nomes da lista sêxtupla pelo Presidente da República.

Sendo este o processo estabelecido pela legislação em vigor, não nos resta senão observá-lo: o novo reitor da Universidade será assim indicado e nomeado.

No contexto novo, contudo, que se vai instalando no país de redemocratização da sociedade, cabe e é importante **discutir** o processo de designação de dirigentes de cada uma de nossas instituições.

No caso particular, creio que estamos politicamente obrigados a discutir a escolha de nosso novo reitor.

Em primeiro lugar, seria oportuno dizermos à sociedade e ao governo que a reitoria da Universidade diz respeito à liderança acadêmica da instituição e que esta liderança só se realiza quando o reitor expressa, com absoluta identidade, o sentimento e a vontade do corpo universitário. Por isto mesmo, o reitor deveria ser o professor que o corpo da instituição, autônoma e diretamente, sufragasse. Vale dizer, o processo de escolha teria que realizar-se e esgotar-se dentro da Instituição: como uma eleição da Universidade, não como uma nomeação a ser feita por uma autoridade externa à Universidade.

Em segundo lugar, creio que vale a pena não dizermos a nós próprias que a escolha dos nomes para a lista sêxtupla, a ser feita pelo colégio eleitoral, poderia perfeitamente resultar de um processo aberto de debate e participação de todo o corpo de Instituição.

Embora o processo institucional seja o de escolha restrita àquele colégio, é possível perceber que há um generalizado sentimento entre o corpo docente de que a escolha devesse se abrir à participação de todos. Por isto mesmo, eu sugeriria que tentássemos fazer confluir o sentimento do corpo com a prerrogativa legal do colégio.

Creio dever expressar, repito o que disse antes, a vontade do corpo universitário. Esta será não só uma condição para sua efetiva liderança acadêmica, como para legitimar, politicamente sua autoridade institucional.

Quando nos restam menos de dois meses para a formação da lista sêxtupla, penso que o problema que temos é o de construir, rapidamente, os canais que permitam expressar-se o sentimento e a vontade do corpo.

Parece-me, aliás, que nestes últimos três anos começamos já a construí-las. Movidos pelo que se convencionou chamar à época de o "pacote Portela", prosseguindo depois com a "regulamentação da carreira docente" e, recentemente, com a "transformação das autarquias em fundação", temos nos dedicado a discutir algumas das questões da Universidade: regime de trabalho, descentralização versus dependência administrativa, financiamento e política de pesquisa, escolha de dirigentes e autonomia política, compromissos com a sociedade — particularmente com as camadas menos privilegiadas da população.

A discussão das questões da Universidade seria, possivelmente, a forma mais objetiva e pragmática de expressão do sentimento e da vontade do corpo universitário. Se fosse possível organizar uma pauta de questões importantes e programar reuniões extremamente organizadas para discuti-las, nas escolas e em assembléias mais amplas, se poderia chegar quase a ter-se um projeto para a Universidade (minha única dúvida quanto à viabilidade da idéia está no tempo curto de que dispomos).

Além desta discussão ter a virtude de aclarar e ordenar as questões, seu debate amplo conduziria certamente a alguns resultados concretos, do ponto de vista do processo de escolha do reitor:

1. Possibilitaria a formação de correntes de opinião no seio do corpo universitário;
2. Daria oportunidade a que candidatos, eventuais ou declarados, discutissem sua visão de Universidade;



3. Permitiria a consolidação e, mais importante ainda, a revelação de lideranças;
4. Ensejaria, com a participação até mesmo expressamente deliberada dos membros do Conselho Universitário e da Coordenação de Ensino e Pesquisa, uma identificação espontânea do colégio eleitoral com o corpo da Universidade.

Em um procedimento muito ativo, os membros do colégio estariam ao mesmo tempo: (a) ouvindo o corpo — seus anseios, suas dúvidas, suas propostas; (b) reconhecendo suas lideranças e portavozes.

Não seria esta uma maneira efetiva de chegarmos com naturalidade à relação dos nomes para a constituição da lista sêxtupla e fazermos confluir o sentimento do corpo com a prerrogativa legal do colégio?

Hélio Pontes: "O processo de escolha teria que realizar-se e esgotar-se dentro da Instituição universitária"

"O atual modelo para eleição do Reitor não é o ideal. Pode ser aperfeiçoado. Seu principal defeito é que a escolha do reitor não se esgota no âmbito da própria Universidade. Acho desejável que a escolha do reitor seja feita inteiramente dentro da UFMG. Por outro lado, não creio que a eleição direta seja a melhor solução. Ao contrário do que sucede na sociedade civil, na qual defendo o voto do analfabeto, penso que na comunidade universitária deve haver requisitos para os eleitores. Talvez devesse dizer que sou favorável à eleição direta, se eu quisesse simplesmente agradar meus possíveis eleitores, mas prefiro ser fiel às minhas convicções".

O depoimento do professor Márcio Quintão Moreno, Pró-Reitor de Planejamento da UFMG, procura aprofundar a questão da participação da comunidade universitária no processo de escolha do reitor. Assinala que a universidade existem várias vinculações institucionais: uma que é permanente, formada pelos professores e funcionários. Outra que é transitória, como a dos estudantes individualmente (apesar do corpo discente ser permanente). Os níveis de comprometimento dessas partes na comunidade universitária com as atividades-fim (ensino e pesquisa), os funcionários estão envolvidos permanentemente com as atividades-meio. O estudante está comprometido com as atividades-fim mas em caráter transitório. Até prova em contrário, me parece conveniente que a decisão final numa questão importante, como a escolha do reitor, deve ser atribuida prioritariamente aos que são responsáveis pelas atividades-fim.

Para cumprir o seu papel de instituição científica, educacional e social a universidade precisa ser autônoma. Autonomia significa capacidade da Universidade de definir suas atividades-fim e de executá-las e administrar-se da forma que julgue mais adequada, na opinião do professor Márcio Quintão. Ele acha também que, como ocorre na maioria dos países ocidentais de tradição democrática, a universidade deve ser pública. Em vista disso, é inevitável certa dependência entre a Universidade e o Poder Público, o que não pode implicar em sujeição das atividades-fim a esse poder, nem em renúncia à obrigação da Universidade em ser crítica. Em outras palavras, acentua o professor Márcio Quintão, a universidade não pode sacrificar sua autonomia.

Mostrando-se favorável ao sistema de autarquia, contra o ensino pago e preocupado em melhorar as condições de ensino, o professor Márcio Quintão afirma que é preciso caprichar na formação dos professores, que ele considera a mola mestra da Universidade, e procurar colocar os professores dedicados totalmente à instituição. Profissionalizar o corpo docente e conseguir bons laboratórios, bibliotecas bem providas e mais bolsas para os estudantes são formas de enfrentar alguns problemas acadêmicos.

Ao defender a pesquisa na Universidade, o professor Márcio Quintão faz questão de assinalar que uma universidade só é autêntica se basear sua ação em dois princípios: liberdade de ensinar e liberdade de aprender, sendo a liberdade de aprender sinônimo de pesquisa. Para concluir disse que uma universidade onde não exista pesquisa não merece esse nome. Será apenas um estabelecimento que não se renova, cujo ensino será sempre a repetição do conhecimento gerado noutras instituições. Estará, por isso, condenada à esterilização.

Délcio e Baracho apresentam visões semelhantes de projeto para a Universidade

Vinte e cinco de setembro é a data prevista para a elaboração, pelo colégio eleitoral da UFMG, da lista de seis nomes, um dos quais será o próximo reitor da UFMG, escolhido pelo Presidente da República.

O colégio eleitoral é composto pelo Conselho Universitário e pela Coordenação de Ensino e Pesquisa — CEP — dois órgãos colegiados que seriam, teoricamente, democráticos, pois congregam representantes de todas as unidades e classes que compõem a comunidade universitária.

No entanto, esta teórica democracia não impediu que entidades como o DCE, a APUFMG e a ASSUFEMG passsem a questionar o atual processo eleitoral e a propor abertamente a adoção de eleições diretas para reitor. E não são apenas essas entidades que consideram o atual processo eleitoral pouco democrático. Esta é também a opinião de dois candidatos à reitoria: o Prof. Délcio Salomon, diretor da Fafich; e o Prof. José Alfredo de Oliveira Baracho, diretor da Fac. de Direito (o qual participou da elaboração do anteprojeto de "Atualização dos Ordenamentos Básicos da Universidade", que prevê a ampliação do Colégio Eleitoral).

Entretanto, mesmo defendendo o voto direto proporcional como a forma mais democrática de eleição para a reitoria, ambos concordam que seria prematuro forçar um processo de eleições diretas **agora**. "No momento", afirma o Prof. Délcio, "o processo cogitado pelo DCE, APUBH, e ASSUFEMG teria mais o objetivo de pressionar o Colégio Eleitoral a atender à escolha dos seis nomes mais votados na eleição direta. Mas, dado o pouco tempo de que dispomos até a data da eleição, não acho que seja possível a realização de um debate realmente amplo e democrático, pois os conselheiros e candidatos, capaz de influenciar de verdade a escolha dos nomes. Diante desta impossibilidade, acho que, tentando forçar as eleições diretas agora, correríamos o grande risco de queimar o candidato mais conveniente, pois o Colégio Eleitoral é muito cioso de sua autonomia (o que é muito justo) e poderia, diante da pressão, ter uma reação contrária à que se espera".

Com relação ao projeto de universidade, há uma grande preocupação não só em torno da questão da qualidade do ensino, mas também em relação às atividades de Pesquisa e Extensão e ao papel da universidade dentro da sociedade.

O Prof. Baracho entende que é necessária uma "retomada de posição, definitiva e séria", por parte da universidade, para que ela possa vir a ser um verdadeiro centro de desenvolvimento humano, científico, tecnológico e profissional, capaz de influenciar decisivamente no processo de modificação sócio-política e econômica destinado a tirar da marginalização grandes camadas da população brasileira. Neste sentido, encara o ensino como um investimento necessário do governo, em qualquer país; no caso brasileiro, apóia o regime de autarquia especial, que dá à universidade independência didática, financeira e de contratação de pessoal. Para ele, a pesquisa é importante como fonte de renovação da própria universidade, abrindo novos caminhos ao conhecimento científico e ao desenvolvimento de uma tecnologia nacional. A extensão tem também importante papel no sentido de ampliar o mercado de trabalho, ao incentivar a participação ativa do estudante na comunidade.

O Prof. Délcio é assertivo: "Acredito numa universidade localista, com raízes dentro da sua região, vivendo os problemas do meio onde se insere, para o qual devem estar voltadas todas as suas atividades de ensino e pesquisa. A extensão, para mim, deve ser um canal de mão dupla, que leve a uma interação entre universidade e comunidade". Quanto à pesquisa, ele entende que "o que interessa à universidade prioritariamente deve ser a pesquisa pura e não a produção de tecnologia barata a ser incorporada pelas empresas. A manutenção da pesquisa é uma obrigação fundamental do governo; caso contrário, estar-se-á consolidando a dependência eterna da nação, comprometendo sua soberania, atrelando-a às multinacionais. Em suma, tem que haver um **compromisso** entre governo e universidade, que garanta a autonomia universitária ao ditar as normas éticas e que orientarão a pesquisa". Para incentivar a pesquisa e a extensão na área de Ciências Humanas, o Prof. Délcio propõe que o prédio da Fafich na rua Carangola seja usado, com preferência definitiva da unidade para o campus, como patrimônio de uma fundação que seria o Centro de Pesquisa e Extensão em Ciências Humanas.

Para definir bem suas posições o professor Délcio Vieira Salomon faz questão de acentuar que é muito importante, por questões conjunturais, que o próximo reitor não se considere um funcionário ocupante de um cargo e subserviente ao Governo. O reitor deverá se preocupar em representar a comunidade, os órgãos colegiados que o elegeram e ter consciência de que a legitimidade do cargo está na identificação com a comunidade universitária e com a população. Exatamente por isto, explica o diretor da FAFICH, o próximo reitor precisará de muita coragem e apoio da comunidade para enfrentar os desafios e fantasmas que ameaçam a Universidade.

A principal luta será contra o projeto de universidade, inspirado pela Escola Superior de Guerra, com base na ideologia da segurança nacional, que coloca a universidade como agência voltada para a formação de técnicos e profissionais preparados para viabilizar o desenvolvimento econômico do país. Defender o ensino gratuito, quando o fracasso do ensino particular é evidente, garantir a autonomia e construir um projeto de universidade comprometida com os interesses populares e a transformação das estruturas da sociedade não é uma utopia. É uma luta que o próximo reitor e a comunidade universitária poderão conduzir com apoio dos setores que lutam pela democratização do país

Otávio Elísio: Universidade deve ser viva, atuante, crítica e pronta para se posicionar diante da sociedade

Defendo o uso da eleição direta como necessária à ampliação do processo atual em que se escolhe a lista sêxtupla, e acho que a comunidade universitária deve discutir urgentemente como fazê-lo, não só para reitor como para todos os seus dirigentes. É questionável o processo atual também pelo fato de que a decisão final se dá fora da Universidade. Entretanto, não me parece que seja interessante, no momento, estabelecer um confronto com o Colégio Eleitoral a fim de eleger o próximo reitor. Mas acho importante que se aproveite esse processo eleitoral para a discussão de um programa mínimo para a universidade nos próximos quatro anos, procurando-se também alternativas mais abertas para escolha de dirigentes e de democratização da universidade brasileira. Professores, alunos e funcionários devem se consolidar como atores legítimos e participantes nesse processo. A universidade deve ser viva, atuante, crítica, pronta a se posicionar frente aos problemas de Minas e do Brasil; deve ser interlocutora dos segmentos da sociedade no equacionamento dos problemas cruciais da sociedade brasileira; e deve ser participante ativa da formulação das políticas científica e tecnológica e educacional.

Quanto ao projeto de universidade, tenho uma preocupação com a qualidade do ensino, mas também com relação às atividades de pesquisa e extensão e do papel da universidade dentro da sociedade. Devemos garantir as condições de trabalho acadêmico em tempo integral, lutar por uma política de pós-graduação comprometida com a atividade de pesquisa. Sobre a pesquisa, eu diria que ela é tão importante quanto o ensino porque é fundamental para ele. O "fazer saber" implica o "saber fazer". Pesquisa é profundamente ligada ao "fazer saber". E digo "quem estuda, pesquisa; quem pesquisa, estuda; e quem faz essas coisas de maneira integrada faz cultura, leva a ciência adiante e consolida a perspectiva crítica na universidade". É importante aumentar-se os recursos para pesquisa, garantindo-se a autonomia de decisão à universidade e aos grupos de pesquisa. Acho que um grande esforço deve ser feito para que os grupos emergentes e especialmente as ciências humanas e sociais tenham maior apoio. Estou certo que as pesquisas em ciências sociais são especialmente importantes a uma universidade crítica, capaz de refletir os problemas da sociedade em que está inserida. E as ciências sociais aprofundando os porquês. Sou crítico à universidade formadora de mão-de-obra. Formar rapidamente mão-de-obra significa informar pessimamente, não formar, não qualificar, mas simplesmente dar os elementos mínimos para o aproveitamento dócil por parte do mercado. A extensão deve ser mais enfatizada, pois é um veículo de integração da universidade com a comunidade; deve ser ligada à pesquisa e ao ensino de modo a levar à sociedade, e trazer, dela, informações que se articulem dentro da universidade, com os objetivos de ensino e pesquisa. Ressalto também o papel da extensão para marcar a presença cultural da universidade na sociedade: museus, teatro, cinema, promoções culturais em geral.

A partir desta visão, defendo "o regime jurídico de autarquia especial para as universidades, corrigindo-se, via debate, as distorções apresentadas pelo projeto do MEC, em função de uma política de universidade que deve ser claramente formulada". Acho que o debate entre fundação x autarquia esconde uma questão mais ampla que é a política universitária do governo. Problemas como estabilidade trabalhista para funcionários e docentes, desatrelamento da política do DASP, flexibilidade orçamentária exigem soluções urgentes, e que podem ser definidas no regime de autarquias. Minha preocupação maior se situa na exigência de que 1/3 dos recursos mantenedores das fundações devem ser privados (Dec-Lei 900). Isto significa um atrelamento incompatível com a atividade acadêmica ou a cobrança de mensalidade dos alunos. Para não falar na escolha do reitor das fundações pelo Presidente da República, bem como no fato de que toda a política de ensino e pesquisa está amarrada a um Conselho de Curadores, estranho à Universidade.

O próximo reitor terá, além de administrar a crise da universidade (que reflete a crise mais geral em que vive o país no momento), que prosseguir com a luta para que a universidade continue a ser pública e possa ter um grau de autonomia cada vez maior. Deve dar atenção à questão administrativa, dentro de um projeto de universidade mais democrática. Administração como instrumento eficiente para que a universidade exerça suas atividades fins: ensino, pesquisa e extensão. Administração que supere a hierarquização rígida e burocratizada; que não se atenha a princípios, normas inflexíveis e aplicáveis a qualquer realidade; finalmente, uma administração que supere a separação radical entre a decisão e a execução. Flexibilidade administrativa que alivie o peso burocrático dos Conselhos, dando-lhes importância nas questões de política da universidade, em graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Godoy: Universidade planejada certamente conseguirá ampliar sua autonomia

"Quando assumi a direção da Escola de Engenharia, necessariamente, tive de mudar o meu esquema de trabalho. Na eventualidade de me tornar reitor da Universidade, logicamente precisarei trabalhar em termos mais amplos. Não terei nenhuma preocupação em privilegiar a área de tecnologia. Porque a Universidade pressupõe um planejamento global e uma visão de conjunto que leva em conta as especificidades e integração de suas diversas áreas".

A explicação do diretor da Escola de Engenharia, professor José Martins de Godoy, demonstra uma preocupação em se situar perante a comunidade universitária como um dirigente universitário preocupado com os principais problemas da UFMG. Sobretudo com sua autonomia, interação com a comunidade e tentativa de superar suas dificuldades de natureza administrativa.

PLANEJAMENTO

Para o professor Godoy a autonomia da universidade é uma questão importante. Está escrita no papel e deve ser exercida. Para conseguir ser autônoma o professor Godoy defende um planejamento adequado e acredita que uma universidade planejada, tendo suas atividades desenvolvidas com seriedade, acabará conquistando e ampliando sua autonomia.

Para o Diretor da Escola de Engenharia o regime de autarquia especial, gerida com recursos da União e vinculada ao Ministério da Educação, ainda é o melhor modelo de regime para a Universidade. Mas acentua que as instituições precisam buscar mecanismos que permitam superar a dependência do MEC e do DASP.

Contra o ensino pago, favorável à construção "campus", defensor da integração do ICEX, IGC e a Escola de Engenharia, o professor Godoy acredita que a racionalização administrativa, a automação de controle acadêmico e de pessoal e a integração do ensino e da pesquisa são formas da Universidade conseguir superar alguns de seus problemas mais imediatos.

O professor José Martins Godoy confessa que não é favorável à eleição direta para reitor. Afirma desconhecer esse modelo numa universidade desenvolvida. Admite que a eleição direta favoreceria o populismo, inibiria bons candidatos e não levaria em conta a hierarquia do conhecimento sobre os problemas da Universidade.

No meu entender, finalizou o professor Godoy, as mudanças na Universidade devem ser discutidas judiciosamente dentro de planejamentos consistentes e não sujeitos às flutuações momentâneas. Nós, que somos responsáveis pelos destinos da Universidade, achamos que as mudanças devem ser bastante estudadas e conscientes. Não devemos fomentar situações turbulentas que representem retrocesso e que depois tenhamos que corrigir duramente falhas motivadas por posturas demagógicas.

Wolney é contra ensino pago. Quer universidade autônoma para exercer função crítica

"Acho que o melhor processo de eleição é o direto, desde que existam condições de realizá-lo. Nós não nos preparamos para a eleição direta no atual processo. Mas acho que os diversos segmentos da comunidade universitária deveriam traçar o perfil do dirigente pretendido e tentar mostrar ao colégio eleitoral a importância dessa escolha em função do perfil".

A opinião é do professor Wolney Lobato, diretor do Instituto de Geociências que também admitiu a possibilidade de disputar a indicação à lista sêxtupla que será constituída para ser apresentada ao Presidente da República para a escolha do próximo reitor da UFMG.

É BOM DISCUTIR MAIS

Apesar de concordar com o processo de eleição direta, o professor Wolney insiste na necessidade de aprofundar as discussões sobre a representatividade e participação dos diversos segmentos da Universidade na estrutura de poder da instituição. Defendendo a revisão da estrutura atual e sugerindo a ampliação da representação dos estudantes e dos funcionários e a inclusão de representantes das unidades na proporção de um para cada cinqüenta docentes, eleitos diretamente pelos próprios professores. Na verdade o professor Wolney insiste em assinalar que está preocupado com a prática da democracia e com o estabelecimento de critérios justos que permitam aglutinar e legitimar a estrutura de poder na comunidade universitária.

Outra preocupação do professor Wolney é com a autonomia da Universidade. Ele admite que a Lei 5.540 em seu texto diz que "as instituições de ensino superior federais gozam de autonomia didática, administrativa e financeira" mas que na prática isso não acontece. As interferências do DASP e da SEPLAN configuram na realidade uma inexistência da autonomia que deve ser buscada.

"Acho que é obrigação do Governo manter a Universidade. É um direito do cidadão ter o ensino público em todos os níveis e sou favorável ao regime de autarquia especial para a universidade por admitir que assim é mais viável lutar pela autonomia, programação orçamentária, política de pessoal e demais aspirações da comunidade universitária".

Modificar currículos; fixar pessoal qualificado através da melhoria das condições de trabalho; estimular as atividades didáticas e científicas; conseguir mais recursos, fortalecer a pesquisa, que considera uma atividade essencial para o desenvolvimento da crítica e a transformação da sociedade, são algumas das preocupações do professor Wolney Lobato.

Disposto a conseguir recursos nas fontes externas à Universidade, principalmente junto ao CNPq, FINEP e fundações que apóiam a pesquisa, o professor Wolney faz questão de esclarecer que toda a disposição de estimular a abertura de novas frentes de trabalho são válidas para procurar melhorar as condições de ensino e de trabalho no âmbito da UFMG. Desde que a autonomia e legitimidade da comunidade universitária sejam garantidas, finaliza o diretor do IGC.

A ASSUFEMG quer eleições diretas e convoca todos para um debate inadiável

Mesmo reconhecendo e respeitando a legitimidade do Conselho Universitário e da Coordenação de Ensino e Pesquisa, que indicam a lista sêxtupla de candidatos, a diretoria executiva da ASSUFEMG é favorável à escolha do reitor pela comunidade universitária, através de eleições diretas. Para isso, defende a realização de amplo debate em busca de uma proposta comum dos funcionários, professores e alunos. Na prática, esse amplo debate constaria de: discussão por unidades; realização de discussões em grupos; debates; discussão com os membros do Conselho de Representantes da Associação e, ao final, Assembléia Geral do corpo técnico e administrativo para elaboração de uma proposta final.

No desenvolvimento desses trabalhos, a direção da ASSUFEMG acredita que se deva procurar um entendimento com a APUBH e o DCE. Tal entendimento já vem ocorrendo. A idéia do voto proporcional parece, para a Associação, a mais viável: funcionários, professores e alunos teriam direito a 1/3 (um terço), cada, na votação.

UNIVERSIDADE SEMPRE SAI PERDENDO

Na opinião de Mário Márcio Machado da Silva, presidente da ASSUFEMG, o ex-ministro Eduardo Portella reconhecia que a menor participação na escolha dos reitores ficava para a Instituição e o próprio MEC. A maior parcela de participação ficava com os governadores, bancadas partidárias, empresários e comandos militares. Esses grupos exercem pressão sobre os órgãos de decisão, para escolha do seu preferido. Este mecanismo, constata, é restritivo, em detrimento de um processo mais correto, amplo e participativo, e só a universidade sai perdendo. Como exemplo diz que, em muitos estados brasileiros, o reitor é candidato em potencial a governador, acirrando a luta pelo poder, contrariando os objetivos reais de uma universidade que deve ser uma instituição voltada para o ensino e pesquisa.

DESCOMPASSO

Participando da escolha de seu dirigente máximo, o presidente da ASSUFEMG acredita que a comunidade universitária se comprometerá com a administração, colaborando com ela na implantação e operacionalização de programas. Para ele, o modelo atual não condiz com a realidade do país, havendo necessidade de sua completa reestruturação, eliminando o descompasso entre a abertura política e processo decisório. Observa que é importante, hoje, institucionalizar a participação da comunidade universitária.

Mesmo assim, Mário Márcio admite que esteja ocorrendo uma mudança profunda no quadro de participação da UFMG. Hoje, constata, "somos considerados integrantes da comunidade universitária; participamos do Conselho Universitário, ainda com apenas dois representantes, mas já temos proposta encaminhada para a reformulação dos ordenamentos básicos, onde ampliamos nossa participação nos órgãos de decisão da UFMG".

a) Renato César de Azevedo/ASSUFEMG — Setor de Comunicação

"DE QUATRO EM QUATRO ANOS, SURGE UM NOVO REITOR NA UFMG"... palavras textuais do prof. Celso Pinheiro, atual Reitor de nossa Universidade.

De fato, o novo dirigente "surge", porque até hoje é mínima a participação da Comunidade Universitária (professores, funcionários e estudantes) na escolha da estruturação dos organismos de poder e decisão da Universidade.

Um Colégio Eleitoral estreitamente composto pelo Conselho Universitário (reitor e vice, diretores de unidades, representantes das Congregações por escola, representantes de professores em número irrisório, representantes da comunidade — um empresário, um profissional liberal e um intelectual —, estudantes na proporção de um quinto e um único funcionário) e pela Coordenação de Ensino e Pesquisa (representantes de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e 1/5 de estudantes) e a instância ossificada e ilegítima que, de 4 em 4 anos, elege uma lista de seis nomes, que, enviada ao todo poderoso Presidente da República, volta com uma marca sob o nome de preferência do Presidente.

Está assim escolhido o Reitor da UFMG. Um processo marcado pelo autoritarismo e falta de democracia, afora os espúrios conchavos, onde a coletividade universitária, que agreva em média 15.000 estudantes, 2.000 professores e 3.000 funcionários, num número aproximado de 20.000 pessoas, não tem qualquer interferência. A não ser que se queira dizer, e não tenhamos ilusões, que estaríamos representados pelo restrito Colégio Eleitoral citado.

Este processo, herança da ditadura instalada no país no pós-64, demonstra o que ainda resta fazer pela democracia na Universidade brasileira.

E fazer imediatamente, pois neste ano, véspera das eleições de 82, extremamente ameaçadas pelo governo e pelo PDS, será escolhido o novo Reitor da UFMG.

No final de setembro ou início de outubro, caso fiquemos de braços cruzados, se dará a escolha por cima daquele, que no ano que vem, terá poderes concentrados em suas mãos para indicar os diretores de todas as escolas da UFMG.

E o que significa ficarmos de braços cruzados neste momento? Nada mais, nada menos, que um grave risco para a Universidade.

ELEIÇÕES

DCE EXIGE ELEIÇÃO DIRETA E ADVERTE CONTRA GOLPISMO



"A democracia incomoda"

Neste momento, o timão da universidade deve ficar nas mãos de professores, funcionários e estudantes, ou de quem com eles se comprometam... Devemos dar "banana" a quem se coloque de joelhos a qualquer aceno do Gen. Ludwig, Ministro da Educação.

Será possível ouvir, no vasto Campus Universitário, a voz isolada de algum tecnocrata de plantão: "— Mas é tecnicamente muito difícil a realização de eleições diretas para Reitor".

Aliás, não são poucos os argumentos formais, legais, técnicos ou burocráticos que nos últimos anos têm sido antepostos a qualquer política democrática.

Mas será difícil a comunidade universitária se reunir, discutir, mobilizar-se para efetivar a escolha democrática de um programa e de um Reitor para a UFMG? Acreditamos que não. Cada problema da UFMG, cada proposta nossa para a Universidade deve ser discutida em cada escola, em reuniões conjuntas de professores, funcionários e estudantes. Ao mesmo tempo os setores específicos como moradores do "Borges", os usuários da Creche e outros, devem também levantar suas exigências. Assim estaremos, neste tempo, construindo um programa e um plano de ação para a Universidade. Logo após, devemos caminhar para um movimento de unificação de todas essas reivindicações, através de uma Assembléia Universitária ou outra forma de deliberação de onde também sairão os nomes dos candidatos comprometidos com as eleições diretas, e que deverão ser escolhidos, por voto direto e proporcional, por professores, funcionários e estudantes.

Não tenhamos dúvidas: se nos colocarmos como expectadores, ou nos detivermos nos válidos, porém limitados instrumentos de denúncia dos anos passados, estará aberto o espaço para que o MEC faça a sua opção: Um Reitor fiel ... e subserviente aos ditames daquele Ministério, um bom administrador da crise universitária, e mais do que isto, que demonstre concordância com o ensino superior pago (meta do Gen. Ludwig), com a transformação da Universidade numa agência empresarial, não se constrangendo ainda em utilizar-se de métodos severos para freiar as reivindicações dos setores universitários.

Daí a importância da defesa e da luta por eleições diretas para Reitor, neste ano. Algo a ser feito imediatamente, pois a burocracia quer fazer uso do fator tempo contra o exercício da democracia.

Do ano passado para cá, participamos de várias lutas dentro e fora da Universidade. A greve nacional dos professores colocou em vivas cores a triste situação da docência: baixos salários, sobrecarga de trabalho, péssimas condições de ensino. As reuniões e o Dia de Mobilização dos funcionários demonstrou, que este setor, muitas vezes esquecido quando se fala de educação, sofre profundas conseqüências com a crise das instituições educacionais de nível superior. E todas as discussões e lutas encaminhadas pelos estudantes, a mais longo tempo, são prova de nossos problemas, que são desde a falta de material de pesquisa nos laboratórios até a ausência de perspectiva de nossa formação profissional.

A comunidade universitária, no dia-a-dia, tem sólidos interesses e reivindicações comuns, que vão desde a suplementação de verbas para a universidade até a mudança de caráter da Escola Superior, para que essa passe a ser pública, gratuita, com uma estrutura democrática de poder e voltada para os interesses da população.

NESSA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA, COM ESSA VERBA QUE EU TENHO, O QUE É, QUE EU SOU? O QUE É QUE EU SOU?



Ricardo